ÍNDICE SISTEMÁTICO

Sobre o autor XXIII
Obras do autor XXV
Abreviaturas e siglas usadas XXVII
Nota de advertência XXIX
Prefácio XXXI
Apresentação à 8ª edição XXXV

Capítulo I
Os Princípios Constitucionais da Tributação

1. Princípios da Ciência das Finanças e limitações constitucionais 1
1.1. *O conceito de Estado Democrático de Direito* (**N.A.**) 5
1.1.1. *A evolução do conceito de democracia, sentido clássico* (**N.A.**) 6
1.1.2. *Democracia e minorias, o poder "aberto"* (**N.A.**) 7
1.1.3. *Democracia e igualdade socioeconômica, a busca da justiça* (**N.A.**) 9
1.2. *Democracia, uma concepção não formal* (**N.A.**) 10
1.3. *O sistema jurídico no Estado Democrático de Direito das sociedades contemporâneas complexas* (**N.A.**) 16
2. Rol dos princípios na Constituição de 1969 23
3. *Rol dos princípios e das demais limitações na Constituição de 1988* (**N.A.**) 26
4. Índole política desses princípios 41
5. *Índole desses princípios no constitucionalismo atual* (**N.A.**) 41
5.1. *O que uma constituição contém? O que ela é?* (**N.A.**) 45
5.1.1. *A posição restritiva na Alemanha* (**N.A.**) 46
5.1.2. *A posição literal-restritiva da Suprema Corte dos Estados Unidos da América* (**N.A.**) 48
5.1.3. *Críticas à abordagem textual, à técnica de interpretação literal-restritiva e à pesquisa histórica da intenção do constituinte* (**N.A.**) 49
5.1.4. *Posições de ampliação constitucional. O concretismo de Konrad Hesse e Stein, as mutações e as abordagens transcendentes* (**N.A.**) 51
5.2. *As opções mais frequentes adotadas pelos tribunais e cortes constitucionais* (**N.A.**) 55
5.3. *Os equívocos no balanceamento de princípios e valores. As peculiaridades da Constituição da República* (**N.A.**) 58
5.4. *De volta aos princípios e a sua índole política realçada por Aliomar Baleeiro* (**N.A.**) 61
5.5. *Princípios constitucionais são conceitos, concepções ou tipos?* (**N.A.**) 67
6. Direito Tributário Constitucional 71
7. Critério de estudo 72

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Capítulo II
Legalidade, Anterioridade e Anualidade

1. Consociação da legalidade e da anualidade, de 1946 à Reforma constitucional de 1969 75
2. *Legalidade, anualidade, anterioridade e espera nonagesimal. Conceito, distinções e atualidade da consociação entre esses princípios* (N.A.) 75
3. *Precedentes da legalidade, da anualidade e da anterioridade* (N.A.) 79
4. Legalidade e anualidade nas Constituições anteriores à de 1946 81
5. Anualidade de tributo, regra constitucional de 1946 84
6. A anualidade domina todos os tributos nas Constituições de 1946 e de 1967... 88
7. O vaivém da Emenda n. 18, de 1965, até a Emenda n. 1, de 1969..... 89
8. As exceções à anualidade..... 91
9. A tarifa alfandegária e o imposto de exportação 92
10. Os preços públicos..... 94
11. As outras exceções do art. 153, § 29, da Emenda n. 1, de 1969..... 95
12. Imposto extraordinário de guerra 96
13. *Os princípios da legalidade, da anualidade, da anterioridade e da espera nonagesimal, na Constituição de 1988 e suas exceções* (N.A.)..... 98
14. *Sentido e limites do princípio da legalidade formal* (N.A.) 106
14.1. Procedimento legislativo. O início na Câmara dos Deputados..... 108
14.2. Decreto-lei na Constituição de 1969 110
14.3. *Procedimento legislativo e medidas provisórias na Constituição de 1988* (N.A.).. 113
14.3.1. *Relevância e urgência. Antinomia entre o princípio da não supresa e medidas provisórias* (N.A.) 116
14.3.2. *Relevância e urgência. Determinação conceitual em matéria tributária* (N.A.)..... 119
14.3.3. *O princípio da anterioridade das leis fiscais ao exercício de aplicação e da espera nonagesimal* (N.A.)..... 119
14.3.4. *A disciplina constitucional da relevância e da urgência em matéria tributária* (N.A.)..... 120
14.3.5. *Inexistência de discricionariedade, quer do Poder Executivo, quer do Poder Legislativo, para decidir o que é urgente e relevante em matéria tributária* (N.A.)..... 124
14.3.6. *Os atritos inconciliáveis que levaram à morte do princípio da anterioridade* (N.A.) 127
14.3.7. *Conclusões: a sobrevida do princípio da anterioridade concedida pela Emenda Constitucional n. 32* (N.A.)..... 134
15. Leis delegadas na Constituição de 1969..... 135
16. *Leis delegadas na Constituição de 1988. Seu caráter restritivo e derivado* (N.A.) .. 136
17. *A legalidade e os convênios interestaduais relativos ao ICMS* (N.A.) 139
18. *Legalidade, exonerações tributárias e presunção de ocorrência de fato gerador futuro. A Emenda Constitucional n. 3, de 1993* (N.A.) 146
19. Normas gerais na Constituição de 1969 153
20. A Lei Complementar do art. 18, § 1º, da Constituição Federal de 1969..... 155
21. *Lei Complementar de normas gerais na Constituição de 1988* (N.A.)..... 156

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

22. *Decretos legislativos, tratados e convenções internacionais* (N.A.) 163
23. Lei ordinária no sentido material. Exclusividade e eficácia da lei orçamentária ... 164
24. A legalidade no sentido material. O fato gerador e a base de cálculo na Constituição de 1969 168
25. *A legalidade no sentido material. Conceituação determinada e especificante* (N.A.) .. 169
25.1. *Origem dos significados da palavra tipo* (N.A.) 172
25.2. *Os conceitos classificatórios* (N.A.) 174
25.3. *O tipo como conceito de ordem* (N.A.) 176
25.4. *Características do tipo propriamente dito e metodologia* (N.A.) 178
25.5. *O caminho metodológico distintivo* (N.A.) 180
25.6. *As formas mistas* (N.A.) 180
25.7. *Do tipo e dos princípios jurídicos* (N.A.) 180
25.7.1. *Tipo e segurança jurídica* (N.A.) 183
25.7.2. *Tipo e igualdade* (N.A.) 185
25.7.3. *O princípio federal, a rigidez da discriminação constitucional de competência tributária e o tipo* (N.A.) 188
25.7.4. *Tipo e adaptabilidade às necessidades e mutações sociais* (N.A.) 189
25.7.5. *Tipo e praticabilidade* (N.A.) 190
25.7.6. *Movimentos de tipificação e conceituação. A prevalência do conceito determinado no Direito Tributário* (N.A.) 191
26. A anualidade. Precedentes e controvérsias na Constituição de 1946 194
26.1. Pronunciamentos dos doutrinadores 201
26.2. O porquê da anualidade 205
27. *O princípio da anualidade. Sentido atual e importância* (N.A.) 217
27.1. *O princípio da anualidade, como periodicidade imposta ao legislador orçamentário e de fiscalização financeira* (N.A.) 219
27.2. *O princípio da anualidade, imposto ao legislador tributário, por meio do princípio da anterioridade* (N.A.) 220
27.3. *O princípio da anualidade, como periodização nos impostos incidentes sobre a renda e o patrimônio* (N.A.) 221
27.3.1. *Consequências da periodização. A noção errônea de ampla discricionariedade do legislador* (N.A.) 222
27.3.2. *Limitações constitucionais à discricionariedade do legislador* (N.A.) 223
27.3.3. *A periodização anual adotada pela Constituição* (N.A.) 224
27.3.4. *Limitações advindas das normas de competência* (N.A.) 225
27.3.5. *Direitos e garantias fundamentais do contribuinte* (N.A.) 226
27.3.6. *A periodização anual nos impostos sobre a renda e o patrimônio, como princípio universal* (N.A.) 227
27.4. *A anualidade como previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias* (N.A.) ... 229
28. *A proibição da surpresa tributária: o princípio da anterioridade e o período de noventa dias* (N.A.) 231
28.1. *A tese que fulmina a proibição da surpresa tributária, reduzindo-se o período de espera a prazo de pagamento* (N.A.) 233
28.2. *A tese que adia a vigência/eficácia da norma, garantindo o princípio da não surpresa tributária* (N.A.) 234
28.3. *Medidas provisórias e princípios que proíbem a surpresa tributária* (N.A.) ... 235

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

28.4. *A posição do Supremo Tribunal Federal* (N.A.) 235
29. Conclusões decorrentes da legalidade e anualidade na Constituição de 1969.. 237
30. *Conclusões decorrentes da legalidade, da anualidade e da anterioridade na Constituição de 1988* (N.A.) 239
31. A anualidade no Direito Comparado 241
32. A anualidade e os Estados ou Municípios..... 250

Capítulo III

O Princípio da Irretroatividade do Direito e seu Rigor na Constituição de 1988

1. *As peculiaridades do princípio da irretroatividade das leis na Constituição de 1988* (N.A.)..... 254
1.1. *O princípio da irretroatividade das leis resulta da lógica das coisas, da razão e da moral e é antigo na cultura jurídica ocidental. Diversidade de tratamento na ordem jurídica positiva* (N.A.) 255
1.2. *O princípio da irretroatividade é uma limitação do poder de tributar, como direito e garantia fundamental do contribuinte, que não se aplica em favor do Estado* (N.A.)..... 261
1.3. *A Constituição de 1988 consagra a irretroatividade ampla, de fatos e efeitos* (N.A.)..... 262
1.4. *A irretroatividade das leis, em relação a fatos e efeitos. O Direito Tributário e os fatos geradores pendentes* (N.A.)..... 268
1.4.1. *O fato pretérito tributário e seus efeitos em relação às leis. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal* (N.A.) 269
1.4.2. *A irretroatividade nos impostos de período. A dogmática e a jurisprudência, após a Constituição de 1988* (N.A.)..... 275
1.5. *A irretroatividade como tutela da confiança no Direito Tributário alemão. Inaplicabilidade da distinção entre retroatividade autêntica e retroatividade imprópria no Direito brasileiro* (N.A.) 279
2. *O tempo e a irretroatividade dos atos do Poder Executivo e do Poder Judiciário* (N.A.) 286
2.1. *A irretroatividade dos atos administrativos. A responsabilidade das Fazendas Públicas pela confiança gerada, nos procedimentos desenvolvidos, nos atos administrativos efetuados e nas informações, consultas e declarações* (N.A.) ... 292
2.2. *Em resumo: o princípio da irretroatividade das leis tributárias somente pode ser invocado em favor do contribuinte* (N.A.)..... 305
3. *Modificações da jurisprudência e o princípio da irretroatividade* (N.A.) 309
3.1. *O conceito de modificação da jurisprudência* (N.A.) 314
3.2. *Brevíssimas considerações históricas* (N.A.) 319
3.3. *As decisões judiciais únicas, primeiras ou "first impressions"* (N.A.)..... 329
3.4. *Modificações jurisprudenciais. A comparação analógica com as leis e o princípio da irretroatividade* (N.A.) 337
3.4.1. *Existência, vigência e eficácia dos precedentes consolidados* (N.A.) 340
3.4.2. *A estrutura lógica das normas judiciais* (N.A.)..... 344
3.4.3. *A irretroatividade analogicamente aplicada às modificações de jurisprudência* (N.A.) 349

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.5. *Quando o princípio da irretroatividade se casa com a proteção da confiança e a boa-fé objetiva* (N.A.) 356
3.5.1. *Voltando à mutação jurisprudencial, no caso dos créditos presumidos do IPI, nas operações sujeitas à alíquota zero. A responsabilidade por declarações e por decisões monocráticas nos tribunais superiores e a boa-fé* (N.A.) 358
3.5.2. *As modificações da jurisprudência de outros tribunais superiores* (N.A.) .. 360
3.6. *Em resumo* (N.A.) 362

Capítulo IV
Imunidade Recíproca

1. *As imunidades e os princípios. Distinção* (N.A.) 372
2. As fontes de imunidade recíproca 382
3. Evolução do princípio nos Estados Unidos 383
4. Cautelas na invocação dos precedentes americanos 390
5. A experiência argentina 393
6. *Fundamentos da imunidade recíproca. Nova posição da Constituição de 1988* (N.A.) .. 397
6.1. *Evolução e funções do Estado federal* (N.A.) 399
6.2. *A imunidade recíproca como expressão do princípio da capacidade econômica* (N.A.) 403
7. A rigidez da imunidade recíproca, no Brasil, de 1891 a 1946 404
8. Os temperamentos de 1946 407
9. Imunidade recíproca entre Estados e respectivos Municípios, ou destes entre si .. 409
10. Patrimônio e empresas governamentais 410
11. Critério econômico para interpretação 413
12. Autarquias e sociedades de economia mista 418
13. Tendência estrangeira à tributação das empresas governamentais 431
14. Dívida pública 432
15. *A imunidade recíproca na Constituição de 1988* (N.A.) 434
15.1. *Imunidade recíproca entre a União, os Estados e os respectivos Municípios, ou destes entre si e a EC n. 3, de 1993* (N.A.) 437
15.2. *A imunidade recíproca não beneficia particulares* (N.A.) 440
16. O Congresso pode conceder redução ou isenção de impostos estaduais e municipais na Constituição de 1969 441
17. *Na Constituição de 1988, o Congresso não pode conceder isenção de tributos estaduais ou municipais* (N.A.) 453
18. A imunidade recíproca quando o ente público é contribuinte de fato 461
19. *Evolução da jurisprudência quanto aos conceitos de renda, patrimônio e serviços, para fins de imunidade. As importações* (N.A.) 469
19.1. *A atual abordagem interpretativa jurisprudencial. A expansão dos conceitos de renda, patrimônio e serviços, relacionados às atividades essenciais da pessoa imune. Aplicabilidade da Súmula n. 724 do Supremo Tribunal Federal* (N.A.) 472
19.2. *Importações. Imunidade dos entes estatais e das autarquias em relação ao ICMS, ao II e ao IPI, para importar bens essenciais ao desenvolvimento de suas atividades* (N.A.) 481

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

20. *Finalmente, um retorno a Aliomar Baleeiro? O falso dilema entre interpretação jurídica ou econômica* (N.A.) 483
21. *O peso da carga dos tributos da União e dos Estados nas despesas dos Municípios* (N.A.) 489

Capítulo V
Imunidade das Atividades Religiosas, Políticas, Assistenciais e Culturais

1. A Constituição e os valores espirituais 497
1.1. *Fundamentos e "ratio essendi" na Constituição de 1988* (N.A.) 499
2. Templo de qualquer culto 502
3. Partidos e instituições educacionais ou de assistência social 504
4. Aplicação das rendas no País 507
5. *O conceito de "requisitos da lei" no art. 150, VI,* c. *Aspectos formais na Constituição de 1988* (N.A.) 508
6. *O conceito de "requisitos da lei" no art. 195, § 7º. Aspectos formais na Constituição de 1988* (N.A.) 513
7. *Os requisitos materiais ao gozo da imunidade do art. 195, VI,* c, *da Constituição de 1988* (N.A.) 522
7.1. *O conceito de instituição de educação e de assistência social sem fins lucrativos* (N.A.) 530
7.2. *A proteção das finalidades, pelo Supremo Tribunal Federal. Patrimônio, renda e serviços, relacionados às atividades essenciais das pessoas imunes. Vinculação indireta* (N.A.) 538
7.3. *O conceito de instituição de assistência social e os fundos de pensão, à luz do art. 150, VI,* c (N.A.) 541
8. *Os requisitos materiais ao gozo da imunidade do art. 195, § 7º, da Constituição. Oscilações jurisprudenciais* (N.A.) 557
9. Natureza especial dos partidos 564
10. *Os partidos políticos depois da Constituição de 1988* (N.A.) 565
11. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre instituições 567
12. *Jurisprudência* (N.A.) 570
12.1. *Jurisprudência sobre fundação de seguridade social de direito privado* (N.A.) 570
12.2. *Jurisprudência acerca da imunidade de templos de qualquer culto* (N.A.) 571
12.3. *Jurisprudência acerca da imunidade do patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei* (N.A.) 572

Capítulo VI
Livro, Jornal, Periódicos e Papel Para Imprimi-los

1. Papel de impressão 577
2. *A imunidade de outros insumos além do papel e de bens do ativo fixo* (N.A.) 582
3. Autores, professores e jornalistas 590
4. O imposto antiliberal sobre jornais 591
5. Conceito de livro, jornal e periódico 597

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6. *O conceito de livro, jornal e periódico, a abrangência da imunidade e a interpretação do art. 150, VI, d, da Constituição de 1988, segundo a jurisprudência* (N.A.) 598
6.1. *Imunidade – justificativa constitucional* (N.A.) 599
6.2. *Não alcance da imunidade em relação ao FINSOCIAL e ao PIS* (N.A.) 599
6.3. *Imunidade – abrangência* (N.A.) 600
6.4. *Hipótese de não alcance da imunidade* (N.A.) 601
6.5. *Extensão da imunidade ao ISSQN. Jurisprudência majoritária* (N.A.) 601
6.5.1. *Não extensão da imunidade ao ISSQN. Jurisprudência minoritária* (N.A.) .. 603
6.6. *Alcance da imunidade em relação às listas telefônicas* (N.A.) 604

Capítulo VII
A Tributação dos Magistrados

1. O problema até 1960 613
2. A Emenda n. 9, de 1964 616
3. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal 616
4. *A Constituição de 1988* (N.A.) 618

Capítulo VIII
Princípios Vinculados à Unidade Econômica do País

1. O território é uma unidade econômica e política 626
2. Uniformidade geográfica do imposto federal 627
3. *O território como unidade econômico-política na Constituição de 1988* (N.A.) 628
4. *Práticas que se instalam no país em detrimento da unidade econômico-política do território nacional. O contraste em face da União Europeia* (N.A.) 629
4.1. Direitos alfandegários discriminados por Estados 631
4.2. *Da impossibilidade jurídica de se utilizar o IPI para tributação diferenciada do açúcar entre produtores do Norte/Nordeste e do Sul/Sudeste* (N.A.) 633
4.3. *Os contrastes com a prática europeia: os controles de barreira para apropriação do diferencial de alíquota no Brasil. A substituição tributária progressiva, como prática inibidora da unidade econômico-política do território nacional* (N.A.) .. 642
4.4. *Guerra fiscal: a concessão de benefícios e incentivos fiscais de forma irregular* (N.A.) 643
4.4.1. *Princípios inerentes às operações interestaduais, nos mercados integrados e não integrados* (N.A.) 646
4.4.2. *As soluções nacionais* (N.A.) 647
4.4.3. *A guerra fiscal. A transferência dos ônus da repartição do ICMS entre os Estados e de seus ilícitos para os contribuintes* (N.A.) 649
4.4.4. *As sanções do art. 8º da Lei Complementar n. 24/75* (N.A.) 652
5. Isenções ou reduções em casos de calamidade pública 652
6. *Princípios constitucionais que regem as isenções, os benefícios e os incentivos tributários utilizados com fins de desenvolvimento* (N.A.) 654
6.1. *Diferenciação entre isenções e outras exonerações tributárias, do ponto de vista jurídico* (N.A.) 657
6.1.1. *As imunidades constitucionais e os princípios jurídicos* (N.A.) 658

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.1.2. *As isenções e outras formas de exoneração, instituíveis em lei* (N.A.). . . . 658
6.1.2.1. *As exonerações exógenas* (N.A.) 659
6.1.2.2. *As exonerações endógenas* (N.A.) 661
6.1.2.3. *Breves considerações sobre isenções e alíquotas zero* (N.A.). 662
6.2. *Federalismo, exoneração e os tratados e convenções internacionais* (N.A.) . . . 672
6.2.1. *Federalismo e isenções* (N.A.) 673
6.3. *Igualdade* (N.A.) 674
6.4. *Legalidade, irretroatividade e direito adquirido. Emenda Constitucional n. 3, de 1993* (N.A.) 676
6.5. *Aplicação do princípio da não surpresa ao cancelamento ou redução das isenções e demais benefícios tributários* (N.A.) 678
6.6. *Breve histórico das linhas gerais de política de desenvolvimento econômico nacional e do papel das isenções* (N.A.) 679
6.6.1. *As imunidades constitucionais* (N.A.) 680
6.6.2. *Isenções propriamente ditas e outros benefícios tributários, concedidos em leis infraconstitucionais* (N.A.) 681
6.6.2.1. *Fase de crescimento econômico (década de setenta a meados dos anos oitenta)* (N.A.) 681
6.6.2.2. *Fase de estagnação econômica – redução paulatina das isenções e demais incentivos tributários* (N.A.) 683
6.6.2.2.1. *O impacto das isenções e de outros incentivos na receita do exercício financeiro de 1992 e seu direcionamento* (N.A.) 684
6.6.2.2.2. *Principais isenções e reduções de tributos federais em vigor, no exercício de 1992* (N.A.) 686
6.6.2.3. *Fase de estabilização e retomada econômica* (N.A.) 688
6.6.2.4. *Principais isenções e reduções de tributos federais no ano de 2009* (N.A.) . 697
6.7. *Resultados e tendências. Conclusões* (N.A.) 701
7. Impostos interestaduais e intermunicipais, na Constituição de 1969. 705
8. *Operações interestaduais na Constituição de 1988 e unidade econômico-política nacional* (N.A.) 708
9. Discriminação do IVC, quanto à espécie, na Constituição Federal de 1946 713
10. *Discriminação do ICMS, quanto à espécie na Constituição Federal de 1988* (N.A.) . . 715
11. Proibição de impostos interestaduais ou intermunicipais sobre o tráfego. 716
12. Direitos alfandegários discriminados por Estados 723

Capítulo IX

Limitações Específicas ao IPI, ao ICMS e às Contribuições ao PIS/COFINS

1. Vedação da cumulatividade 728
2. *Não cumulatividade, neutralidade, seletividade e livre concorrência* (N.A.) 729
2.1. *Técnica constitucional da não cumulatividade* (N.A.) 736
2.1.1. *Técnica do imposto x imposto, adotada pela Constituição, para apurar o montante devido por cada contribuinte, art. 153, § 3º, II; art. 155, § 2º, I* (N.A.) 737
2.1.2. *Não equivalência (ou equivalência imperfeita) da técnica da diferença base x base, adotada pela Constituição para apurar o Valor Adicionado*

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Fiscal (VAF), como critério de distribuição do ICMS aos Municípios, em relação à técnica de apuração imposto x imposto (N.A.) 738
2.2. *Fatores que perturbam a equivalência entre a técnica de apuração do valor adicionado imposto contra imposto e a técnica da base de cálculo contra base de cálculo. A quebra da correspondência à incidência única no varejo* (N.A.).... 741
2.3. *Limites constitucionais ao efeito de recuperação do tributo não cumulativo, quando houver isenção ou não incidência* (N.A.) 744
2.4. *As lesões ao princípio da não cumulatividade, provocadas pela substituição progressiva* (N.A.) 751
2.5. *Não cumulatividade: uma fonte permanente de conflitos* (N.A.)..... 755
2.6. *Grandes decisões dos Tribunais Superiores. O princípio da não cumulatividade em seu núcleo conceitual mínimo* (N.A.) 757
2.7. *Não cumulatividade. Regra ou princípio?* (N.A.) 768
2.8. *Os créditos relativos ao imposto "devido" na etapa anterior* (N.A.)..... 771
2.9. *A estrutura da norma constitucional da não cumulatividade. Diferentes correntes doutrinárias* (N.A.)..... 772
2.10. *O direito incondicional à compensação e o aproveitamento extemporâneo dos créditos do contribuinte* (N.A.)..... 776
3. Imunidade dos produtos industrializados para o exterior até a Constituição de 1967..... 779
4. Extensão, por lei, a outros produtos 780
5. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, à luz da Constituição de 1969... 783
6. *Da imunidade ao ICMS restrita aos produtos industrializados até à ampla exoneração das exportações nacionais na Constituição de 1988 (IPI, ICMS, PIS/COFINS)* (N.A.) 786
6.1. *A imunidade ao ICMS dos produtos industrializados, destinados ao exterior, e a exclusão dos semielaborados* (N.A.) 787
6.2. *Finalmente a consagração do princípio do destino. A exoneração das exportações e a sistemática incidência do tributo nas importações* (N.A.).... 797
7. *As imunidades sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, derivados e energia elétrica* (N.A.)..... 801
8. Teto das alíquotas do ICM, na Constituição de 1967/69 810
9. Discriminações inconstitucionais do ICM 811
10. *A Constituição de 1988 autoriza a discriminação de alíquotas em razão de o destinatário ser ou não contribuinte* (N.A.) 812
11. *Teto das alíquotas no ICMS, na Constituição de 1988* (N.A.)..... 817
11.1. *As alíquotas interestaduais. Os critérios de repartição do ICMS nas operações interestaduais* (N.A.) 819
11.2. Tetos do IPI e do ICM sobre minerais na Constituição de 1967/69 823
11.3. *Imunidade dos minerais e combustíveis na Constituição Federal de 1988* (N.A.).. 823

Capítulo X
Limitações à Decretação de Novos Tributos

1. Competência geográfica e constitucional 825
2. As falsas taxas..... 833
3. As contribuições especiais são reservadas à União..... 842

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Capítulo XI
Os Princípios da Igualdade e do Não Confisco

1. Igualdade 846
2. *A igualdade na Constituição de 1988* (**N.A.**) 848
2.1. *Introdução. A unidade da igualdade (e da justiça)* (**N.A.**) 848
2.2. *"Est miser nemo, nisi comparatus"* (**N.A.**) 850
2.3. *O conceito unívoco de igualdade formal* (**N.A.**) 853
2.4. *A evolução do conceito de igualdade* (**N.A.**) 855
2.5. *A igualdade e cinco maneiras de enfocar os critérios constitucionais de igualação e desigualação na igualdade material* (**N.A.**) 858
2.5.1. *A igualdade perante a lei e a segurança jurídica (regularidade e motivação dos atos aplicativos)* (**N.A.**) 859
2.5.2. *Proibição de distinguir entre iguais no teor da lei, generalidade, universalidade e proibição de privilégios e preferências* (**N.A.**) 863
2.5.3. *O dever de distinguir segundo a capacidade econômica (pessoalidade, proteção da família, proporcionalidade e o princípio "leave them as you find them")* (**N.A.**) 865
2.5.3.1. *Distinção entre igualdade e vedação de confisco* (**N.A.**) 867
2.5.3.2. *Capacidade econômica, pessoalidade e família* (**N.A.**) 868
2.5.3.3. *A proporcionalidade e o princípio "leave them as you find them"* (**N.A.**) 869
2.5.4. *O dever de distinguir. A progressividade como instrumento do Estado Democrático de Direito para a atenuação das díspares situações concretas. A proteção da família* (**N.A.**) 870
3. As derrogações parciais ou totais da capacidade contributiva que não ferem o princípio da igualdade. Outros valores constitucionais como critério de comparação: tributação extrafiscal e poder de polícia 873
3.1. *Sobre a questão se lei de isenção que tome por critério fato estranho à hipótese de incidência, excluindo contribuintes em situação igual, deve ser inaplicada ou estendida aos iguais* (**N.A.**) 880
3.2. *As derrogações da capacidade contributiva devem servir ao Estado Democrático de Direito e à igualdade (em sentido mediato ou amplo)* (**N.A.**) 887
4. *Atenuações da igualdade: seletividade e praticabilidade* (**N.A.**) 888
5. *A evolução do princípio da igualdade na jurisprudência das Cortes Supremas norte-americana e alemã* (**N.A.**) 891
5.1. *Primeira fase: até os anos sessenta* (**N.A.**) 892
5.2. *Segunda fase: após a década de sessenta* (**N.A.**) 894
5.3. *Terceira fase: a reação liderada pelos Juízes Powell e Rehnquist. O caso de San Antonio do Distrito de Rodriguez* (**N.A.**) 895
5.4. *Quarta fase: a oposição do Juiz Marshall e a construção de uma democracia constitucional* (**N.A.**) 896
6. *Igualdade e democracia constitucional brasileira* (**N.A.**) 897
7. O tributo confiscatório repugna à tradição constitucional brasileira 900
8. A despeito da frase célebre de Marshall, a Corte Suprema repele o confisco tributário 904
9. O Direito argentino é infenso ao confisco pelo imposto 905
10. *O princípio que veda utilizar tributo com efeito de confisco na Constituição de 1988* (**N.A.**) 908

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

10.1. *Distinção entre o princípio que veda o confisco e a igualdade* (N.A.) 911
10.2. *Critérios para a determinação dos efeitos confiscatórios dos tributos* (N.A.) .. 913
10.2.1. *O caso de guerra* (N.A.) 914
10.2.2. *As finalidades extrafiscais do tributo* (N.A.) 914
10.2.3. *Impostos incidentes sobre o consumo* (N.A.) 917
10.2.4. *A tributação da renda e do patrimônio. A proteção da família* (N.A.) ... 918
10.2.5. *Sanções e vedações de confisco* (N.A.) 918
10.3. *Praticabilidade e vedação de confisco* (N.A.) 920
10.4. *Conclusões* (N.A.) 921

Capítulo XII
Parafiscalidade

1. Parafiscalidade e Plano Schuman 926
2. A parafiscalidade na Itália 927
3. As contribuições parafiscais são tributos delegados com aplicação especial sem outra característica qualquer 928
4. Réplica de Morselli 929
5. A parafiscalidade no Brasil 931
6. Parafiscalidade e poder de polícia 933
7. A parafiscalidade na Constituição Federal de 1969 935
8. *O tratamento da parafiscalidade na Constituição de 1988* (N.A.) 935
9. *O controle e a fiscalização dos tributos parafiscais* (N.A.) 941
10. *A natureza jurídica específica das contribuições parafiscais* (N.A.) 942
10.1. *A importância constitucional da destinação do produto arrecadado* (N.A.) ... 942
10.2. *As contribuições parafiscais como tributo e como espécies tributárias* (N.A.) .. 944
10.2.1. *O conceito de parafiscalidade. A eliminação ou redução da parafiscalidade nas contribuições de custeio da Seguridade Social. A teoria do caixa único* (N.A.) 950
10.2.2. *A questão dogmática: a revalorização do causalismo e do finalismo, como elementos estranhos ao Direito Tributário. Consequências* (N.A.) 960
11. Institutos de previdência 975
11.1. *Os problemas financeiros da Seguridade Social* (N.A.) 977
11.2. *As soluções na Constituição de 1988* (N.A.) 979
11.2.1. *A edificação do Estado Democrático de Direito, os direitos sociais e as contribuições sociais* (N.A.) 979
11.2.2. *O regime constitucional peculiar das contribuições destinadas ao custeio da Seguridade Social* (N.A.) 981
11.2.3. *Seguridade Social pública básica obediente aos princípios da universidade, distributividade e equidade (arts. 194 a 204)* (N.A.) 984
11.2.4. *Custeio na forma mista, por meio de contribuições diretas e de transferência dos orçamentos dos entes estatais (art. 195)* (N.A.) 989
11.2.5. *Custeio por meio de contribuições que buscam equilíbrio entre os fatores trabalho e capital (art. 195, I)* (N.A.) 991
11.2.6. *Administração democrática e descentralizada dos órgãos da Seguridade Social, mediante gestão quadripartite, com participação*

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados (art. 194, VII) (**N.A.**) 992
11.3. *As contribuições de custeio da Seguridade Social e a lei complementar* (**N.A.**) .. 993
11.4. *A contribuição sobre a folha de salários e demais rendimentos* (**N.A.**) 994
11.4.1. *A relação empregador-folha de salários, utilizada na Constituição de 1988 e a inconstitucionalidade das expressões empresa-folha de pagamentos de toda a natureza antes da Emenda Constitucional n. 20, de 1998* (**N.A.**) 996
11.4.1.1. *Uma questão terminológica* (**N.A.**) 999
11.4.1.2. *A manutenção da relação empregador-folha de salários na Constituição de 1988 e a Emenda Constitucional n. 20, de 1998* (**N.A.**) 1005
11.4.1.3. *As distintas formas de custeio do seguro social dos trabalhadores autônomos e a opção brasileira antes da Constituição de 1988* (**N.A.**). 1006
11.4.1.4. *Os princípios que regem a Seguridade Social na Constituição de 1988* (**N.A.**) 1013
11.4.1.5. *A interpretação impropriamente chamada "econômica" e o respeito às formas, conceitos e institutos jurídicos. A tensão entre igualdade e segurança jurídica* (**N.A.**) 1019
12. *As descaracterizações das contribuições sociais de custeio da Seguridade Social. O Fundo Social de Emergência, o Fundo de Estabilização Fiscal e a desvinculação das receitas da União* (**N.A.**) 1023
13. *A inconstitucionalidade do alargamento do conceito de faturamento previsto na Lei n. 9.718, de 1998. A irretroatividade da Emenda Constitucional n. 20, de 1998* (**N.A.**) 1026
14. Imposto sindical 1033
15. Parafiscalidade na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal 1039

Capítulo XIII
Empréstimo Compulsório

1. As experiências brasileiras 1055
2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal antes de 1967 1057
3. Caráter tributário do empréstimo compulsório a partir da Emenda n. 18, de 1965.. 1060
4. As limitações constitucionais ao empréstimo compulsório na Constituição Federal de 1969 1061
5. *As limitações constitucionais ao empréstimo compulsório na Constituição Federal de 1988. Requisitos formais e materiais do exercício da competência federal* (**N.A.**) ... 1064
5.1. *A destinação integra o estatuto do contribuinte* (**N.A.**) 1066
5.2. *Jurisprudência. O empréstimo compulsório, no caso do bloqueio de cruzados novos* (**N.A.**) 1067
5.3. *O empréstimo compulsório à ELETROBRAS* (**N.A.**) 1083

Capítulo XIV
A Capacidade Contributiva e a Personalização

1. O art. 202 da Constituição Federal de 1946. A capacidade contributiva implícita na Constituição Federal de 1969 1089

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2. *A capacidade contributiva e a pessoalidade na Constituição de 1988* (**N.A.**) 1090
2.1. *Capacidade econômica e autoaplicabilidade* (**N.A.**) 1091
2.2. *Autoaplicabilidade. A capacidade econômica objetivo-absoluta e sua concreção delimitada pela Constituição* (**N.A.**) 1093
2.3. *A capacidade econômica objetiva e a subjetiva que o legislador deve perseguir. Pessoalidade. Seletividade* (**N.A.**) 1095
2.4. *A limitação da capacidade econômica aos impostos* (**N.A.**) 1098
2.5. *A capacidade econômica como um suporte de um leque de princípios constitucionais* (**N.A.**) 1099
2.6. *A capacidade econômica impõe a adoção de uma série de discriminações legais para a atribuição de um tratamento jurídico adequado* (**N.A.**) 1102
3. Complexidade técnica 1103
4. Conceitos da Ciência das Finanças 1109
5. Subsídios da Ciência das Finanças ao Direito. O exemplo dos Estados Unidos ... 1110

Capítulo XV
A Causa do Imposto e a Capacidade Contributiva

1. Elementos essenciais da obrigação tributária 1115
2. Instrumento da técnica jurídica 1115
3. Causa no Direito Privado 1117
4. Doutrina de Griziotti 1118
5. Outros juristas filiados à Escola de Pavia 1122
6. Scoca 1126
7. A lei e os pressupostos de fato como causa 1126
8. *O ressurgimento do princípio da capacidade contributiva na Itália, a partir de Emilio Giardina* (**N.A.**) 1128
9. Trotabas 1130
10. Damervalle 1133
11. No Direito alemão 1134
12. No Direito suíço 1139
13. Na Argentina 1140
14. No Brasil 1143
15. Origem das controvérsias 1145

Capítulo XVI
Critério Pessoal, Proteção da Família, Graduação e Capacidade Econômica

1. Subsídios da Ciência das Finanças ao Direito 1152
2. Impostos pessoais 1153
3. Impostos reais e semipessoais 1155
4. Capacidade econômica objetiva e subjetiva 1157
5. Graduação 1161
6. *A progressividade e a proteção da família* (**N.A.**) 1165
6.1. *As alíquotas do Imposto de Renda nos Estados Unidos* (**N.A.**) 1165
6.2. *As alíquotas do Imposto sobre Heranças e Doações (Estate and Gift Taxes) nos Estados Unidos* (**N.A.**) 1167

6.2.1. *O Crédito Integrado (Unified Credit)* (**N.A.**) 1170
6.2.2. *Doações repartidas entre cônjuges – Gift Splitting* (**N.A.**)..... 1173
6.3. *As alíquotas do Imposto de Renda na Inglaterra* (**N.A.**)..... 1173
6.4. *As alíquotas do Imposto sobre Heranças e Doações na Inglaterra (Inheritance Tax)* (**N.A.**) 1174
6.5. *As alíquotas do Imposto de Renda na Alemanha* (**N.A.**) 1176
6.6. *As alíquotas do Imposto sobre Heranças e Doações na Alemanha (Erbschaft und Schenkungsteuer)* (**N.A.**)..... 1178
6.7. *As alíquotas do Imposto de Renda no Canadá* (**N.A.**) 1181
6.8. *As alíquotas do Imposto de Renda na Itália* (**N.A.**)..... 1183
6.9. *As alíquotas do Imposto de Renda na Bélgica* (**N.A.**) 1184
6.10. *As alíquotas do Imposto de Renda no Brasil* (**N.A.**) 1184
6.11. *As alíquotas do Imposto sobre Heranças e Doações na França* (**N.A.**)..... 1185
7. *A proteção da família. O novo enfoque ligado à capacidade contributiva, à igualdade entre cônjuges e ao direito à intimidade* (**N.A.**)..... 1190
7.1. *A proteção da família abarca todo o Direito* (**N.A.**) 1192
7.2. *O polimorfismo social da família no casamento e daquelas a ela equiparadas para fins de proteção estatal* (**N.A.**)..... 1192
7.2.1. *Polimorfismo social da família no casamento x família legal* (**N.A.**) 1193
7.2.2. *O polimorfismo social das uniões estáveis e das meias-famílias* (**N.A.**).... 1195
7.3. *O conceito de proteção especial do Estado* (**N.A.**)..... 1196
7.4. *A regulação protecionista no Direito Tributário* (**N.A.**) 1197
7.4.1. *Os pronunciamentos das Cortes Constitucionais dos Estados Unidos da América, da Alemanha, da Itália e da Espanha* (**N.A.**)..... 1198
7.4.2. *A década de oitenta trouxe mudanças legislativas em diversos países, na busca de um tratamento tributário mais adequado à família* (**N.A.**).... 1204
7.4.2.1. *O sistema da tributação independente* (**N.A.**)..... 1206
7.4.2.2. *O sistema da tributação independente que distingue segundo o estado civil* (**N.A.**)..... 1212
7.4.2.2.1. *O "splitting" limitado e a penalização do casamento no Direito norte-americano* (**N.A.**) 1216
7.4.2.3. *A família como comunidade de ganhos e de consumo. O "splitting" conjugal ou global* (**N.A.**) 1222
7.4.2.3.1. *O "splitting" conjugal* (**N.A.**) 1222
7.4.2.3.1.1. *O Imposto de Renda em Portugal e o "quociente conjugal"* (**N.A.**)..... 1225
7.4.2.3.2. *O "splitting" total ou quociente familiar* (**N.A.**) 1230
7.4.2.3.2.1. *O Imposto de Renda na França e o "quotient familial"* (**N.A.**).. 1231
7.5. *Os problemas mais relevantes na questão da família e do imposto sobre a renda* (**N.A.**)..... 1234
8. A imunidade de terras desapropriadas 1236

Capítulo XVII
Princípios Implícitos

1. A eficácia dos princípios implícitos é equiparável à das regras expressas na Constituição de 1969..... 1240

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2. *Os princípios implícitos na Constituição de 1988* (N.A.) 1240
3. Destinação pública dos tributos 1241
4. *Importância da destinação nos empréstimos compulsórios e nas contribuições, segundo a Constituição de 1988* (N.A.) 1245
5. *Praticidade* (N.A.) 1249
5.1. *Tipificação imprópria ou criação de padrões rígidos (casos no Direito alemão)* (N.A.) 1251
5.2. *Tipificação imprópria ou criação de padrões rígidos (casos no Direito Tributário brasileiro)* (N.A.) 1253
5.2.1. *Presunções e padronizações legais* (N.A.) 1255
5.2.2. *A execução simplificadora nos regulamentos, orientações e práticas administrativas* (N.A.) 1257
5.3. *Interpretação e aplicação individual do Direito* (N.A.) 1259
5.3.1. *A interpretação denominada "econômica" da lei fiscal* (N.A.) 1261
5.4. *O que é o chamado modo de pensar "tipificante"* (N.A.) 1262
5.5. *Justificações* (N.A.) 1263
5.5.1. *Limites e restrições ao modo de pensar padronizante* (N.A.) 1266
5.6. *Críticas e principais objeções* (N.A.) 1267
5.7. *Críticas e sugestões: os prejuízos e as vantagens dos contribuintes* (N.A.) 1269
6. *Inviolabilidade da intimidade e de dados. O sigilo bancário* (N.A.) 1276
6.1. *Fundamentos do direito ao sigilo bancário* (N.A.) 1279
6.1.1. *Fundamentos do sigilo em nosso País, antes do advento da Constituição de 1988* (N.A.) 1280
6.1.2. *O sigilo bancário na Constituição Federal de 1988. Princípios de regência à luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal* (N.A.) 1283
6.2. *Breves considerações sobre o sigilo bancário na legislação comparada* (N.A.) 1291
6.3. *A Lei n. 9.613/98 e a Lei Complementar n. 105/01* (N.A.) 1296
6.3.1. *A aplicação retroativa da Lei Complementar n. 105/01 – causas e efeitos* (N.A.) 1301
6.4. *Conclusões* (N.A.) 1303
7. *Princípio da proteção da confiança e da boa-fé* (N.A.) 1305
7.1. *A proteção da confiança como princípio constitucional e suas relações com a irretroatividade e outros direitos fundamentais, na Dogmática alemã e suíça* (N.A.) 1309
7.2. *Delimitação do objeto da proteção da confiança no Direito Público* (N.A.) 1311
7.3. *De plano: o princípio da proteção da confiança somente protege o cidadão/contribuinte ou o privado, contra o Estado* (N.A.) 1315
7.4. *O que é digno de proteção?* (N.A.) 1317
7.5. *O tempo e a irretroatividade dos atos do Poder Executivo e do Poder Judiciário, da proteção da confiança e a boa-fé objetiva* (N.A.) 1321
7.6. *Sobre os princípios, sua aplicação e relações* (N.A.) 1326

Capítulo XVIII
O Eterno Problema Econômico

1. Caráter regressivo do fisco brasileiro 1331
2. Os argumentos em favor da isenção da renda poupada 1332

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3. A tese de Keynes 1335
4. Objeções 1341
5. Compatibilidade da capacidade contributiva com o crescimento 1343
6. *O sistema tributário nacional e as perspectivas de integração. O Mercosul* (**N.A.**) ... 1344
6.1. *A neutralidade necessária dos tributos de mercado e as dificuldades de sua implantação na ordem jurídica nacional* (**N.A.**) 1351
6.1.1. *A Emenda Constitucional n. 42, de 2003* (**N.A.**) 1357
6.2. *Impostos sobre a renda* (**N.A.**) 1360
6.3. *Segurança e fiscalização tributária* (**N.A.**) 1362
6.4. *Federalismo, tratados e convenções internacionais* (**N.A.**) 1363

Capítulo XIX
O Problema Político

1. Pressupostos políticos da prática fiscal moderna 1365
2. A crise do capitalismo 1369
3. Posição do problema da redistribuição niveladora 1373
4. A justa distribuição da propriedade e a Constituição Federal de 1946 1374
5. Conclusão 1376
6. *De volta aos princípios jurídicos. O Estado Democrático de Direito* (**N.A.**) 1376

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br